



RELATÓRIO CONTROLE INTERNO

Referente ao
2º Quadrimestre 2018

Prefeito Municipal
José Geraldo Garcia

Controle Interno
Janaína de Castro

SALTO, 09 DE OUTUBRO E 2018.



Apresentação:

O Controle Interno da Prefeitura da Estância Turística de Salto, em atendimento aos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, artigo 54 parágrafo único e artigo 59, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, artigos 75 a 80 da lei nº 4.320/1964 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público que estabelece referencias para o Controle Interno do 1º Quadrimestre do exercício de 2018.

O Controle Interno foi regulamentado pela Lei Municipal 3.185 de 22 de junho de 2013, em atendimento ao Comunicado SDG 32/2012, editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Os dados foram publicados no dia 25/09/2018 e apresentados na Câmara Municipal de Salto em 27/09/2018.

“Até o final dos meses de Fevereiro, Maio e Setembro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na Comissão referida no §1º do Art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais”.

Este relatório contém informações dos resultados obtidos na gestão administrativa orçamentária e financeira abordando os seguintes itens:

- 1. Área de Orçamento e Finanças**
- 2. Área de Recursos Humanos**
- 3. Receitas**
- 4. Despesas (empenhamento)**
- 5. Recursos Aplicados na Educação**
- 6. Recursos Aplicados em Saúde**
- 7. Controle de Bens Patrimoniais**
- 8. Licitações, Contratos**
- 9. Operações de Crédito**
- 10. Endividamento**
- 11. Adiantamentos**
- 12. Dívida Ativa**
- 13. Gestão Governamental**
- 14. Resultado Nominal e Primário**
- 15. Prestação de Contas**
- 16. Denúncias e Representações**
- 17. Conclusão**

f
gouvea

1. Pela área de Orçamento e Finanças:

A Lei Municipal nº 3.716, de 15 de dezembro de 2017, aprovou o orçamento do Município para o exercício de 2018, estimando a RECEITA e fixando a DESPESA em R\$ 403.273.120,97, abrangendo Prefeitura, Câmara e SAAE.

A execução orçamentária da Prefeitura apresentada no quadro a seguir, demonstra a receita prevista para o exercício e o resultado orçamentário em relação a despesa empenhada liquidada e paga neste 2º quadrimestre.

(Somente Prefeitura)						
ARRECAÇÃO PREVISTAS PARA O EXERCÍCIO						380.123.120,97
RECEITA ARRECADADA ATÉ O PERÍODO						228.430.944,09
	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
Despesa Realizada	252.114.646,83	110%	186.940.644,76	82%	182.506.734,11	80%
Resultado Orçamentário	-23.683.702,74	-10%	41.490.299,33	18%	45.924.209,98	20%

Os registros atenderam ao que determina a legislação aplicável.

[Handwritten signature]



2. Pela área de Recursos Humanos (Pessoal):

Os gastos com pessoal estavam dentro dos limites estabelecidos pela legislação federal, sempre considerando o limite máximo permitido e o limite prudencial 51,3% (95% do limite legal da receita corrente líquida), o que nos impõe alertar para o efetivo controle dos gastos com pessoal.

Despesas de Pessoal - (R\$1,00)			
Consolidado Prefeitura e SAAE			
Periodo	RCL	Despesas	%
2º Quad. 2018	345.532.615	155.559.022	45,02%
1º Quad. 2018	330.643.048	150.299.551	45,46%
3º Quad. 2017	318.098.899	147.157.984	46,26%

+

Assinatura



3. Receitas:

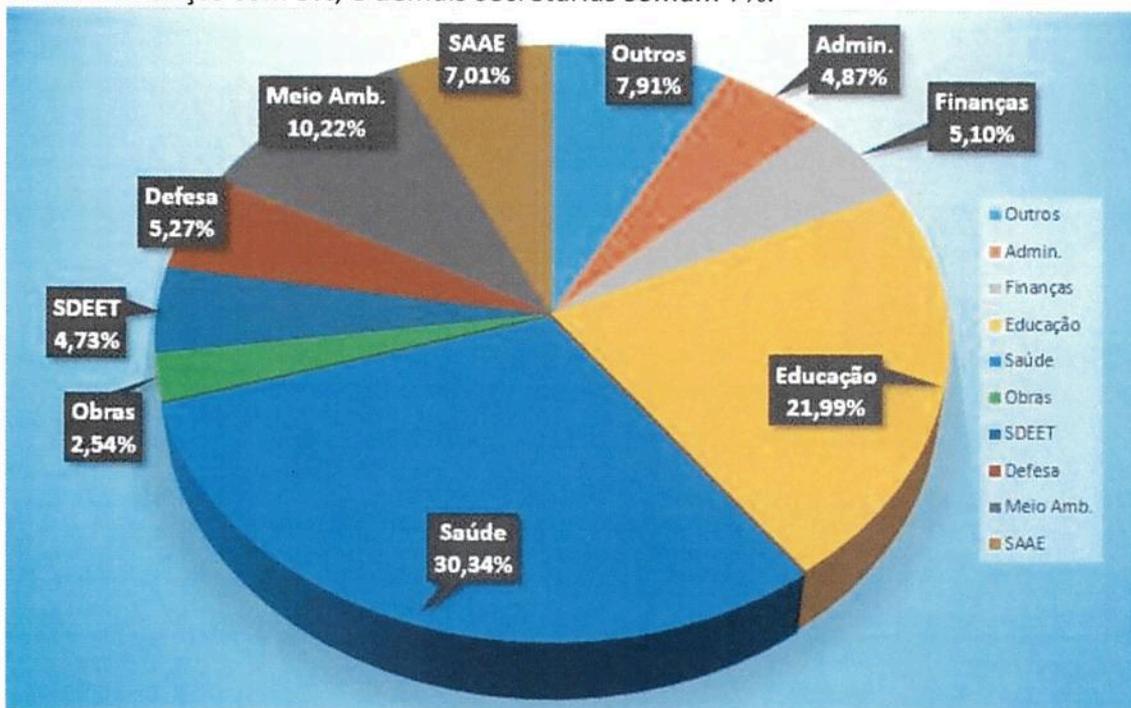
Os ingressos das receitas estão sendo feitos a contento e, dentro da normalidade prevista na legislação específica para cada origem de recursos. Receitas por fonte de recursos. A arrecadação do 2º Q/2018 foi de R\$ 115 milhões. No 2º Q/2018 o IPTU foi de (R\$ 39.557.861,52) e o ISSQN (R\$ 17.859.791,40), foram os principais itens da arrecadação própria. As principais transferências foram: o ICMS (R\$ 61.909.603,67 milhões); IPVA (R\$ 16.750.334,97 milhões); FPM (R\$ 29.798.484,64 milhões) e o FUNDEB (R\$ 25.751.236,86 milhões).

P.M. de Salto (Dados Consolidados)					
RECEITAS	1º Quad. 18	2º Quad. 18	3º Quad. 18	TOTAL 18	ORÇADO 18
TRIBUTÁRIA	37.691	28.878		66.569	96.226
PATRIMONIAL	596	677		1.273	2.501
SERVIÇOS	12.195	8.004		20.199	22.375
TRANSF. CORRENTES	86.632	84.045		170.678	246.664
OUTRAS REC. CORRENTES	2.305	2.725		5.030	3.820
RECEITAS CORRENTES	139.419	124.329	0	263.748	371.585
FUNDEB	11.590	10.258		21.848	29.535
REC. COR. LÍQUIDA	127.829	114.071	0	241.900	342.051
REC. DE CAPITAL	596	1.881		2.477	61.222
TOTAL	128.425	115.952	0	244.377	403.273

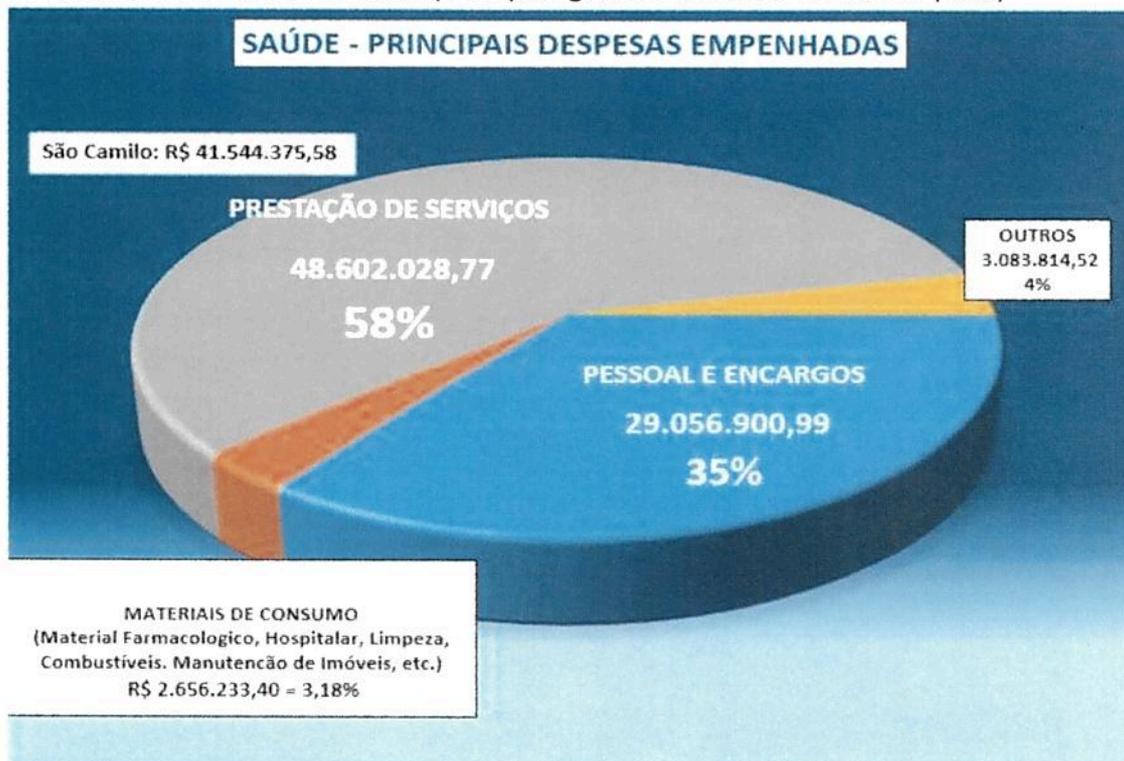
[Handwritten signature]

4. Despesas (empenhamento):

O empenhamento neste 2º Quadrimestre foi de R\$ 81.248 O percentual do total do empenho ficou em Saúde 30%, Educação 21%, Meio Ambiente 10%, SAAE 7%, Defesa Social e Finanças com 5%, e demais secretarias somam 7%.

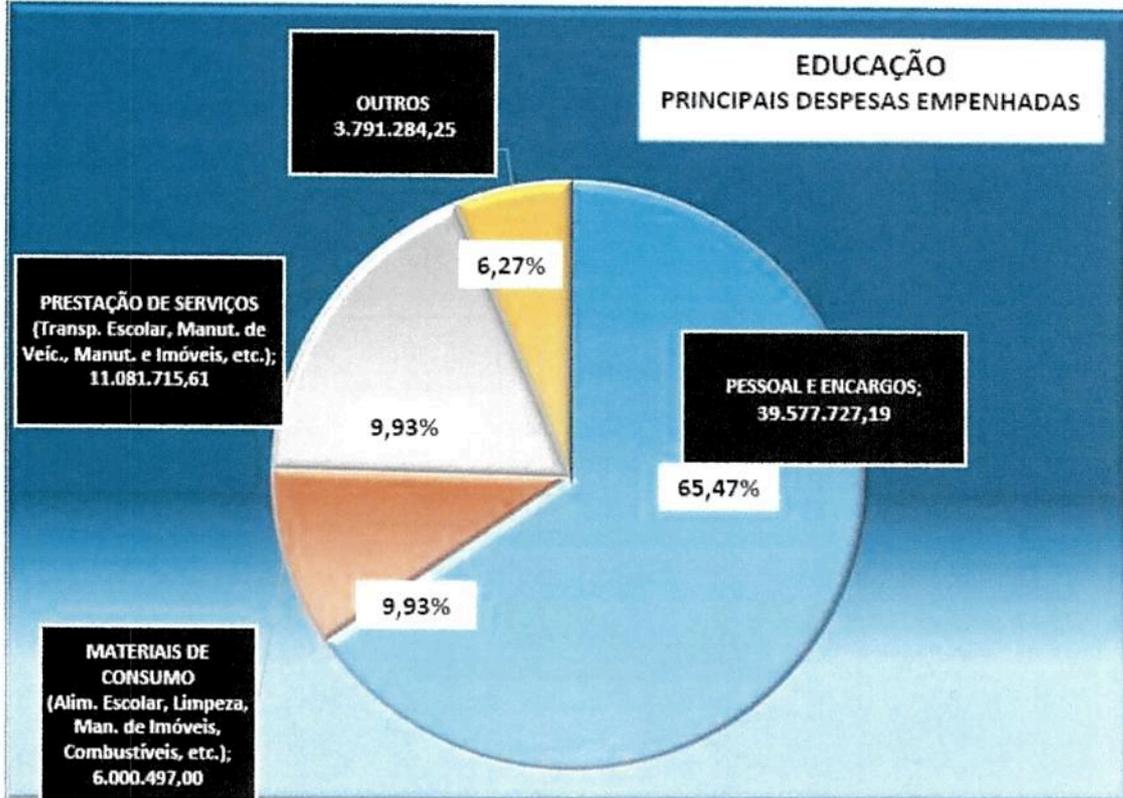


No gráfico abaixo detalhamos os principais gastos realizados em saúde (30%)





E abaixo despesas realizadas na educação (21%)



DESTAQUES

Alimentação Escolar: R\$ 4.975.387,42 (Materiais de Consumo)

Transporte Escolar: R\$ 5.500.499,42 (Prestação Serviços)

[Handwritten signature]

5.Despesas (Educação):

Com relação aos gastos com Educação no ensino especial/ infantil/ fundamental o município atingiu no 2º trimestre de 2018 o percentual de 23,12% (limite mínimo 25%) e na valorização do magistério com recursos do FUNDEB 71,83% (mínimo 60% ano) ultrapassado o limite.

EDUCAÇÃO - 25% DOS RECURSOS PRÓPRIOS				Jan.18 a Jun.18
GASTOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS				
TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS				135.743.839,32
APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA				25,00%
				33.935.959,83
EXERCÍCIO	EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS	SALDO A PAGAR
2018	39.074.370,09	31.623.951,26	31.389.836,69	-
2019 (Até 31/Jan/2019)		-	-	-
TOTAIS	39.074.370,09	31.623.951,26	31.389.836,69	
PERCENTUAIS	28,79%	23,30%	23,12%	
MARGENS	5.138.410,26	-	2.312.008,57	-

[Handwritten signature]



EDUCAÇÃO - FUNDEB (100%)		E		MAGISTÉRIO (60%)	
TOTAL DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS + APLICAÇÕES FINANCEIRAS				19.723.073,09	
APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA MAGISTÉRIO				60,00%	
				11.833.843,85	
EXERCÍCIO	EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS	% REALIZADO	
OUTROS	5.571.650,02	5.556.235,52	5.556.235,52	28,17%	
MAGISTÉRIO	14.219.964,21	14.166.837,57	14.166.831,57	71,83%	
TOTAIS	19.791.614,23	19.723.073,09	19.723.067,09	100,00%	
PERCENTUAIS APLICADOS	100,35%	100,00%	100,00%	100,00%	

6.Despesas (Saúde):

Os índices com saúde superaram os limites mínimos estabelecidos pela legislação aplicada, portanto, atenderam ao princípio da legalidade. Conforme a EC 29/2000 que trata dos gastos com a saúde, o município atingiu 22% (limite 15%), dos recursos próprios. É frequente o investimento na saúde ultrapassar os 15%.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



SAÚDE - 15% DOS RECURSOS PRÓPRIOS

Jan.18 a Jun.18

TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS				135.743.839,32
APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA			15,00%	20.361.575,90
EXERCÍCIO	EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS	SALDO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS
2018	42.358.915,95	30.104.547,63	29.952.448,57	-
2019 (Até 31/Jan/2019)		-	-	-
TOTAIS	42.358.915,95	30.104.547,63	29.952.448,57	
PERCENTUAIS	31,21%	22,18%	22,07%	
EXCEDENTE	21.997.340,05	9.742.971,73	9.590.872,67	

Handwritten signature



7. Controle dos Bens Patrimoniais:

Bens permanentes serão motivos de registro junto ao departamento de controle patrimonial, secretária da administração.

8. Pelo Setor de Licitações, Contratos, etc.:

As compras e contratações estão dentro da normalidade previstas nas normas portanto, estão revestidas da legalidade necessária.

9. Nas Operações de Crédito:

Não houve operações de crédito que merecesse o competente registro.

10. Nos Limites de Endividamento:

O endividamento público está sob controle e dentro dos limites aceitáveis, não comprometendo a gestão pública.

11. Nos Adiantamentos:

Todos adiantamentos foram utilizados de forma legal dentro dos princípios que rege a lei de adiantamento, foi expedido a Portaria 447/2017 de 01 de setembro de 2017, com Manual de adiantamento, como material de orientação.

[Handwritten signature]

12. Na Dívida Ativa:

As dívidas ativas do município foram devidamente cobradas, negociações junto aos munícipes. A recuperação de cobrança da dívida é realizada por parte da secretaria de finanças através do Programa Especial de Parcelamento que atende todos os tipos de débitos já inscritos em dívida ativa exceto multa de trânsito.

13. Na Gestão Governamental:

As disposições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no Plano Plurianual de Investimentos e na Lei Orçamentária Anual estão sendo cumpridas.

[Handwritten signature]

14.Resultado Nominal e Primário:

Resultado Nominal		
Especificação	Saldo	
	31.DEZ.2017	31.AGO.2018
I. Dívida Consolidada	53.071.582	49.673.370
II. Deduções	43.777.319	73.096.276
Ativo Disponível	45.928.516	73.840.195
Haveres Financeiros	(732.547)	(740.414)
(-) Restos a Pagar Processados	1.418.650	3.505
III. Dívida Consolidada Líquida (DCL) = (I - II)	9.294.263	(23.422.907)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0	0
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	38.524.996	35.214.996
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	(29.230.733)	(58.637.902)
RESULTADO NOMINAL		(29.407.169)

Resultado Primário - Em Reais		
Descrição	2º Quad / 18	Meta Anual
1. Receitas Fiscais Correntes	262.622.666,24	3.796.662
2. Receitas Fiscais de Capital	1.945.023,38	
3. Deduções da Receita	(21.848.243,69)	
4. Receitas Fiscais (1+2-3)	242.719.445,93	
5. Despesas Fiscais Correntes	196.173.501,60	
6. Despesas Fiscais de Capital	6.634.513,19	
7. Despesas Fiscais (5+6)	202.808.014,79	
Resultado Primário (4-7)	39.911.431,14	

1
gato

15. Relatório de Prestação de Contas:

Os relatórios RREO, SISTN, RGF, SIOPE, SICONF, publicações do ensino, foram conferidos por este departamento.

Os contadores da secretaria de finanças fizeram os lançamentos e foram publicados e os enviaram no prazo legal.

Em relação ao SIOPS (Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde), o Ministério da Saúde, por meio do Departamento de Economia da Saúde, Investimento e Desenvolvimento (DESID), **não** disponibilizou o programa de preenchimento dos dados, *comprometendo a entrega dentro do prazo do 1º, 2º e 3º bimestre*, tal sistema passa por diversas mudanças na estrutura, a fim de cumprir a missão de aperfeiçoá-lo e adequá-lo ao novo plano de Contas aplicado ao Setor Público (PCASP), aumentando a visibilidade do gasto em saúde, seguindo tendência mundial na contabilidade pública.

16. Denúncias e Representações:

Não houve denúncias ou representações relevantes a serem incluídas neste parecer pelo responsável do Controle Interno.





17. Conclusão:

Para o período analisado, não vislumbramos ocorrências relevantes que mereça remessa deste processo ao Chefe do Poder Executivo ou ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

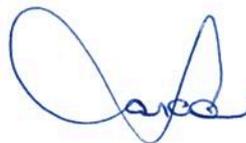
E por ser a expressão de verdade, assinado o presente relatório de Controle.

Salto, 09 de outubro de 2018.



JANAÍNA DE CASTRO

Responsável pelo Controle Interno



José Geraldo Garcia

Prefeito

